

Adson Bruno José de Carvalho*

RESUMO

O objetivo deste estudo é demonstrar a Igreja Católica Apostólica Romana como a expressão universal da fé cristã, compreendendo-a como o sacramento da salvação e guardião da tradição apostólica. Além disso, pretende-se investigar a Igreja Primitiva, caracterizada como a comunidade dos Apóstolos e dos Padres Apostólicos, com foco especial no testemunho de Santo Inácio de Antioquia, que foi Bispo de Antioquia, conforme registrado em suas cartas. Este estudo também abordará a experiência das primeiras comunidades cristãs, explorando seus modos de vida e dinâmicas internas, as perseguições recorrentes, a força da fé que os manteve unidos e as adversidades enfrentadas para a difusão da fé em Jesus Cristo. Dessa forma, busca-se transparecer que a Igreja de 2025 anos é a Igreja deixada por Nosso Senhor Jesus Cristo, ecoando a voz do próprio Cristo, seus ensinamentos, sacramentos, sua doutrina e seu pastoreio desde a sua criação, sendo ela o Corpo Místico da cabeça que é o Cristo Jesus.

Palavras-chave: Igreja Católica. Primitiva. Antioquia. Roma. Cristo.

From past to present: the Early Church in the Catholic Church: foundation, fidelity and apostolic succession

ABSTRACT

The objective of this study is to demonstrate the Roman Catholic Church as the universal expression of the Christian faith, understanding it as the sacrament of salvation and guardian of the apostolic tradition. In addition, it intends to investigate the Primitive Church, characterized as the community of the Apostles and the Apostolic Fathers, with a special focus on the testimony of Saint Ignatius of Antioch, who was Bishop of Antioch, as recorded in his letters. This study will also address the experience of the first Christian communities, exploring their ways of life and internal dynamics, recurrent persecutions, how strong their faith kept them united and the adversities faced to spread the faith in Jesus Christ and thus show that the church of 2025 years is the church left by our Lord Jesus Christ, echoing the voice of Christ himself, its sounds, sacraments, its doctrine, its pastoral care since its creation, and it being the Mystical Body of the head that is Christ Jesus.

Keywords: Catholic Church. Primitive. Antioch. Rome. Christ.

Introdução

Do passado ao presente, a Igreja Católica permanece firme como uma das instituições mais influentes e duradouras da história ocidental. Fundada por Jesus Cristo, ela está presente em todos os acontecimentos históricos bons ou ruins e, como Corpo de Cristo, jamais deixou de emitir ensinamentos por meio dos documentos do Sagrado Magistério.

A história desse corpo divino remonta às raízes do cristianismo, quando os primeiros seguidores de Jesus começaram a se organizar em comunidades, pregando a Boa-Nova, promovendo a conversão e vivendo segundo Cristo.

Este trabalho tem como propósito esclarecer se a Igreja Católica é a continuação histórica e espiritual da Igreja Primitiva. Se este corpo Santo perdura desde o tempo apostólico até os dias atuais, sendo o prolongamento da presença de Cristo na história, conforme Suas próprias palavras: “E eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28,20).

Ao estudar o Livro dos Atos dos Apóstolos, é possível fazer a conexão entre a Igreja Católica e a Igreja Primitiva, na qual se encontram os primeiros concílios, a ação do Espírito Santo e os fundamentos da fé vivida em comunhão.

Estudar a Igreja Primitiva é compreender a origem do cristianismo, bem como a identidade e a missão da própria Igreja Católica Apostólica Romana. Este trabalho trata-se de um mergulho no testemunho dos primeiros cristãos, em suas práticas e crenças, e na forma como transmitiram esse legado por meio da Sagrada Tradição.

Neste artigo, analisaremos também se a Santa Igreja se constitui como legítima herdeira da tradição apostólica, bem como sua relação com a Igreja Primitiva. Deseja-se, assim, que o leitor compreenda que o tema aqui proposto ultrapassa os limites de uma abordagem meramente histórica ou teológica. Tratando-se de uma questão de identidade, fidelidade e transmissão da Boa-Nova ensinada por Jesus Cristo, comunicada por meio dos Apóstolos e de seus sucessores diretos, isto é, os Padres Apostólicos, bispos e presbíteros.

Este estudo é, portanto, um convite ao aprofundamento da fé, evidenciando como a Igreja Católica preservou e conservou, ao longo dos séculos, o depósito da

fé, sustentada por Cristo Jesus e mantida inabalável desde a sua fundação.

1 A “Igreja Católica” sob a ótica dos santos, com foco em Santo Inácio de Antioquia

A revelação divina atinge seu ápice com a paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo e é considerada encerrada com a morte do último apóstolo, São João Evangelista, por volta do ano 90 d.C. Os sucessores diretos dos Apóstolos são denominados Padres Apostólicos, título atribuído pela proximidade temporal e espiritual que mantinham com os próprios Apóstolos.

Esse período, conhecido como Patrística, abrange os primeiros séculos do cristianismo e é marcado por figuras notáveis de teólogos e filósofos, os chamados Padres da Igreja. Suas contribuições intelectuais não apenas enriqueceram a cultura ocidental, mas também fundamentaram a doutrina cristã e estruturaram seu legado teológico.

Entre esses santos destacam-se Santo Irineu de Lyon, São Clemente, Santo Inácio de Antioquia, São Policarpo e São João. Estes são considerados interlocutores diretos dos Apóstolos e guardiões do depósito da fé da Igreja.

O conjunto desses escritores constitui o que se convencionou chamar de Padres Apostólicos, representando as duas primeiras gerações do cristianismo. Sobre eles, Santo Irineu afirma, referindo-se a São Clemente: “Ainda ecoava a voz dos Apóstolos nos ouvidos e viam-se seus exemplos diante dos olhos” (Ireneu de Lião, *Adversus Haereses*, III, 3, 3).

Entre os principais nomes, citam-se São Clemente, Santo Inácio de Antioquia, São Policarpo e o autor da *Epístola de Barnabé*. Segundo Rops (1988, p. 267), são contemporâneos dos últimos anos de vida do apóstolo João e seus escritos datam aproximadamente de 170 a 180 d.C., portanto, ainda dentro do século II.

Santo Inácio, por meio de suas cartas, expressa profundo amor por Cristo e pela Igreja, enfatizando a unidade como característica essencial da verdadeira fé. Em sua carta aos Esmirnenses, ele afirma: “Onde estiver Cristo Jesus, ali estará a Igreja Católica” (Inácio de Antioquia, *Carta aos Esmirnenses*, cap. 8). Esse registro, datado

por volta de 107 d.C., representa a mais antiga ocorrência conhecida da expressão “Igreja Católica”. Notavelmente, Inácio a emprega com naturalidade, pressupondo que já era conhecida e aceita pelos cristãos da época.

A afirmação indica a inseparabilidade entre Cristo e a Igreja, compreendida como Seu Corpo Místico, um conceito que é confirmado pelo apóstolo Paulo: “O marido é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja, que é o seu corpo, do qual Ele é o Salvador” (Ef 5,23); “Ele é a cabeça do corpo, da Igreja. Ele é o princípio, o primogênito dentre os mortos, e por isso tem a primazia em todas as coisas” (Cl 1,18).

Em outra de suas cartas, Inácio afirma: “Todos devem obedecer ao bispo, como Jesus Cristo obedece ao Pai; honrar os presbíteros como aos Apóstolos; e respeitar os diáconos como à lei de Deus. Nada deve ser feito na Igreja sem o consentimento do bispo”; “Onde estiver o bispo, ali esteja a comunidade, assim como onde está Cristo Jesus, aí está a Igreja Católica” (Inácio de Antioquia, *Carta aos Esmirnenses*, cap. 8; *Carta aos Tralianos*, cap. 2). Essas declarações demonstram a estrutura hierárquica da Igreja já nos primeiros séculos, com o bispo como princípio visível de unidade da comunidade cristã.

A Igreja Católica, desde sua origem, conservou e protegeu o depósito da fé, permanecendo firmemente enraizada nos ensinamentos dos Apóstolos. É, assim, expressão viva da presença contínua de Cristo, seu Fundador divino, que age nela e por meio dela nos sacramentos, na comunhão dos santos e na caridade.

Segundo Blackburn (*apud* Nabeto, 2023), a expressão grega *katholiké ekklēsia* (“Igreja Católica”) refere-se a uma assembleia universal. Inácio a utiliza em sua carta como forma de enfatizar a unidade do corpo eclesial e a submissão dos fiéis à autoridade episcopal, em consonância com a submissão da Igreja a Cristo.

É importante destacar que Inácio distingue claramente os termos “cristão” e “Igreja Católica”: o primeiro refere-se aos discípulos de Cristo; o segundo, à comunidade universal de fiéis unida na mesma fé.

Os dizeres de Santo Inácio ressaltam a sua visão sobre a natureza e a essência da Igreja como uma assembleia universal e unida sob a autoridade dos bispos, tendo como autoridade máxima na terra o Santo Padre, o Papa, e que se mantém fiel à

mensagem e aos ensinamentos de Cristo. Essa compreensão enfatiza a importância da unidade e da comunhão entre os cristãos, bem como a relação vital entre a liderança hierarquizada eclesial e o corpo de fiéis na busca da santidade e da fidelidade ao Evangelho.

2 Das catacumbas ao império: a igreja primitiva pós-ascensão de Cristo

Por volta do ano 30 d.C., após a ascensão de Cristo, a Igreja, guiada pelo Espírito Santo, começou a consolidar-se, lançando raízes também em Roma, coração do Império Romano. Foi nessa cidade que os apóstolos São Pedro e São Paulo, pilares da fé cristã, selaram seu testemunho com o martírio, por volta do ano 67 d.C., tornando Roma o centro espiritual da cristandade nascente.

Segundo Rops (1988, p. 95), a permanência de São Pedro em Roma é um dos temas mais discutidos na historiografia cristã, sobretudo por sua relevância na definição da autoridade papal. Diversos documentos atestam essa tradição. O presbítero Gaius, no final do século II, citado por Eusébio de Cesareia, menciona: “Posso mostrar-te os troféus dos Apóstolos: se fores ao Vaticano ou à Via Ostiense, encontrarás os túmulos de Pedro e Paulo” (Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica*, II, 25).

Além disso, há o Catálogo Liberiano (séc. IV), que lista os bispos de Roma até o Papa Libério (352–366), e os testemunhos de Santo Irineu, em *Adversus Haereses* III, 3, 2, e do bispo Dionísio de Corinto, confirmando a fundação da Igreja de Roma por Pedro e Paulo.

Outros registros antigos incluem o comentário das *Sentenças do Senhor*, de Papias, bispo de Hierápolis, que afirma que Marcos escreveu seu Evangelho com base nas pregações de Pedro em Roma (cf. *Hist. Ecl.*, III, 39), e a carta de São Clemente aos Coríntios (c. 95 d.C.), onde menciona explicitamente o martírio de ambos os apóstolos.

Descobertas arqueológicas nas catacumbas também comprovam a veneração dos cristãos aos túmulos de Pedro e Paulo no século III, confirmando a historicidade da tradição.

A respeito do tempo de permanência de Pedro em Roma, há divergência entre os estudiosos. Eusébio afirma que Pedro teria chegado à cidade em 42 d.C. e sido martirizado em 67 d.C. (*História Eclesiástica*, II, 14).

Durante cerca de dois séculos e meio, entre 64 d.C. e 313 d.C., os cristãos enfrentaram perseguições violentas por parte do Estado romano. Os mártires, porém, enfrentavam a morte com coragem, muitas vezes entoando hinos e louvando a Deus diante das feras nas arenas.

Rops (1988, p. 408) descreve que, embora Constantino tenha evitado ofender as sensibilidades pagãs, não deixou de expressar seus sentimentos em relação ao cristianismo. Ele ordenou imediatamente a cunhagem do medalhão CH-R nas moedas, e o Labarum continuou a ser exibido acima de seus exércitos. Maximino Daia foi confrontado com uma carta ameaçadora, instando-o a encerrar imediatamente a perseguição aos cristãos. O procônsul da África recebeu uma ordem similar, instruindo-o a devolver os bens confiscados à Igreja. Parece que, já durante o inverno de 312-313, o tesouro público contribuiu para a reconstrução de edifícios religiosos, e o Papa Milcíades obteve da imperatriz Fausta o magnífico palácio de Latrão, onde pouco depois se realizou um concílio. No entanto, em breve seriam tomadas medidas mais enérgicas.

Após sua conversão, Constantino tornou-se figura central na história da Igreja. Mandou construir a Basílica de São João de Latrão, aboliu a crucificação como pena de morte e convocou o Concílio de Niceia em 325.

Mais tarde, o imperador Teodósio I, com o Édito de Tessalônica de 380 d.C., declarou o cristianismo a religião oficial do Império Romano. O texto afirma:

Ordenamos que todos os povos sob a administração do Império sigam a religião que o divino apóstolo Pedro transmitiu aos romanos [...]. Esta é a fé que cremos ser seguida pelo pontífice Dâmaso e por Pedro, bispo de Alexandria, homem de santidade apostólica. [...] Os outros, que acharem por bem seguir outra religião, deverão saber que incorrem na pena de nossa reprovação (*Édito de Tessalônica*, 380 d.C., promulgado por Teodósio I, Graciano e Valentiniano II).

A partir desse momento, o Estado romano e o cristianismo se tornaram uma entidade única. A unidade espiritual, almejada por tantos imperadores, que Juliano acreditava ter estabelecido com o neopaganismo e que Constantino não havia ousado

impor, agora era efetivada pelo inflexível ortodoxo Teodósio: uma única fé, um único Estado; os opositores de Deus tornaram-se inimigos do Estado. Esta solução, embora pudesse parecer lógica na perspectiva histórica, também trazia consigo seus perigos.

A Igreja, assim, desempenhou um papel central na transformação da cultura e na moldagem da história da Europa e do mundo ocidental. Dessa forma, a espada romana, símbolo de poder e autoridade, curvou-se diante da cruz de Cristo, representando a supremacia da mensagem do Evangelho sobre os impérios terrenos e as forças do mundo.

Uma antiga frase diz: *“O sangue dos mártires é a semente de novos cristãos”*. Em todos os cantos da terra onde o Evangelho foi proclamado, foi necessário regá-lo com o sacrifício e a coragem dos mártires, cujo testemunho de fé e devoção fertilizaram o solo para o crescimento da fé cristã.

Além dos mártires, a Igreja também se beneficia da sabedoria e do compromisso dos chamados intelectuais, cujas contribuições, ao longo dos séculos, ajudaram a enriquecer e aprofundar a compreensão da fé cristã. Nomes como São Justino, Santo Inácio de Antioquia, Santo Agostinho, Santo Hipólito de Roma, São Tomás de Aquino e até mesmo líderes mais contemporâneos, como o Papa Bento XVI, destacam-se como exemplos de erudição e devoção, cujas obras continuam a influenciar e inspirar gerações.

É interessante notar que a primeira universidade do mundo, estabelecida por volta do ano 1100, tinha como objetivo o estudo do Direito e foi fundada sob a égide da fé católica. Esse marco histórico não apenas evidencia a longa tradição de excelência acadêmica no seio da Igreja, mas também destaca o compromisso com a busca pela verdade, pela ciência e pela educação como parte integrante da missão da Igreja Católica ao longo dos séculos.

3 A comunidade cristã primitiva: vida, doutrina e espírito após o Pentecostes

Como viviam os primeiros cristãos após o Pentecostes? É importante estudarmos como os primeiros cristãos se comportaram após o Pentecostes, depois que os Apóstolos receberam o Espírito Santo e anunciaram, testemunharam e

espalharam a Boa-Nova. No livro dos Atos dos Apóstolos:

Ao chegar o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído, como de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados. Apareceram-lhes então línguas como de fogo, que se repartiram e pousaram sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem (At 2,1-4).

Rops (1988, p. 19) observa que os indivíduos que seguiram Jesus enquanto Ele estava vivo eram humanos e, portanto, sujeitos às fraquezas comuns à humanidade. Quando o Sinédrio decidiu encerrar o movimento liderado pelo Galileu, aparentemente teve sucesso. O medo levou à dispersão do pequeno grupo de seguidores, e até mesmo o principal dos discípulos chegou a negar o Mestre. Ao pé da Cruz, só havia um punhado de fiéis obstinados, principalmente mulheres; os outros haviam fugido para se esconder em alguns dos túmulos helenísticos situados nos desfiladeiros próximos. A questão que se coloca é: por que alguns judeus piedosos, bons cidadãos da Cidade Santa, permaneciam fiéis à memória desse agitador derrotado, que parecia merecer, aos olhos deles, o castigo imposto pelas autoridades?

De toda a vida terrena de Cristo, suas falas, ensinamentos, expressões, vontades e milagres, o que mais atestou na continuação ferrenha da pregação dos Apóstolos foi, sem dúvida, a sua ressurreição, o maior acontecimento sobrenatural de todos. Tanto é que São Paulo o narra, dizendo que: “Se Cristo não ressuscitou, vã é a nossa pregação, vã é a vossa fé” (1 Cor 15, 14). Este acontecimento atesta tudo o que foi dito pela boca dos profetas e o que o próprio Jesus afirmou aos Apóstolos, como manifestado em Mateus (20,21). A certeza da ressurreição impulsionou os Apóstolos e os primeiros discípulos a anunciarem com ousadia a Boa-Nova, mesmo sob risco de perseguição e morte.

A comunidade cristã primitiva era marcada por profunda unidade e fraternidade. Reuniam-se para a oração, o ensino dos Apóstolos, a fração do pão e a partilha dos bens. Como narram os Atos dos Apóstolos: “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum” (At 4,32).

Rops (1988, p. 28) descreve que um aspecto crucial e frequentemente discutido deste período inicial do cristianismo decorre tanto do ideal de fraternidade quanto da convicção da iminência da segunda vinda de Cristo. Os Atos dos Apóstolos relatam que os fiéis compartilhavam tudo em comum: “Todos os que tinham campos ou casas os vendiam e traziam o produto da venda, depositando-o aos pés dos Apóstolos, e cada um recebia conforme sua necessidade” (At 4, 32-35). Isso se tornou uma norma inspirada no preceito ensinado por Jesus ao jovem rico: “Vai, vende tudo o que tens e dá aos pobres, e terás um tesouro no céu” (Lc 18:22).

Um homem chamado José, conhecido como Barnabé, é citado com admiração por sua generosidade, que parecia ser contagiante. No entanto, também é relatada com horror a história de Ananias e Safira, um casal que tentou enganar o Espírito Santo fingindo trazer todos os seus bens para a comunidade, enquanto, na verdade, escondiam uma parte deles. A justiça divina os puniu severamente (At 5,1-11). Essa prática comunitária, embora não imposta por lei alguma, tornou-se generalizada.

Apesar das constantes perseguições por parte de autoridades judaicas e romanas, os primeiros cristãos mantinham-se inabaláveis na fé, sustentados pela esperança na ressurreição e pela força do Espírito Santo. Mesmo diante de prisões, açoites, ameaças de morte e execuções públicas, não cessavam de anunciar o nome de Jesus Cristo. A coragem com que proclamavam os milagres, os sinais e a mensagem do Evangelho tornava-se um testemunho eloquente que atraía cada vez mais pessoas à fé cristã.

Além disso, a ação do Espírito Santo fortalecia a comunidade, conduzindo os discípulos a viverem com zelo, santidade e alegria, mesmo nas circunstâncias mais adversas. Como afirmam os Atos dos Apóstolos: “Chamando os Apóstolos, mandaram açoitá-los e lhes ordenaram que não falassem no nome de Jesus. Em seguida, os soltaram. Eles saíram do Sinédrio cheios de alegria, por terem sido considerados dignos de sofrer afrontas por causa do nome de Jesus” (At 5,40-41). Esse espírito de perseverança transformava os cristãos em testemunhas vivas da verdade do Evangelho. A fidelidade e a paz com que enfrentavam o sofrimento impressionavam profundamente os não cristãos, levando muitos à conversão.

A adesão à fé, no entanto, não se dava apenas por atos públicos de pregação.

Muitas vezes, a conversão ocorria em ambientes domésticos, por meio do testemunho silencioso, mas eficaz, dos cristãos em seu convívio cotidiano. A vivência coerente da fé tornava-se uma poderosa forma de evangelização.

Um exemplo disso encontra-se no episódio de Paulo e Silas, presos injustamente em Filipos. Enquanto louvavam a Deus durante a noite, um terremoto sacudiu a prisão, abrindo as portas e soltando as correntes de todos. Diante do ocorrido, o carcereiro, temendo ter perdido os prisioneiros, preparava-se para tirar a própria vida. Mas Paulo o impediu, assegurando que ninguém havia fugido. Comovido por tamanha integridade e pela manifestação divina, o carcereiro reconhece algo maior e pergunta: “Senhores, que devo fazer para ser salvo?” Eles responderam: “Crê no Senhor Jesus, e serás salvo, tu e tua casa” (At 16,30-31).

Esse episódio demonstra com clareza que a fé cristã não era uma experiência meramente individual, mas profundamente comunitária. A salvação, anunciada pelos Apóstolos, alcançava não apenas o indivíduo, mas sua família inteira, revelando a dimensão doméstica da Igreja nascente. O lar tornava-se espaço sagrado de evangelização, onde a fé se transmitia de geração em geração.

Assim, o testemunho dos primeiros cristãos, tanto nas praças quanto dentro de casa, tornava-se o grande diferencial do cristianismo primitivo. Era pela coerência entre fé e vida que o Evangelho se expandia com poder, atravessando culturas, derrubando preconceitos e conquistando corações, mesmo sob o peso da cruz da perseguição.

É evidente que, dentro do contexto familiar, indivíduos de todas as idades foram impactados pela solidez da pregação do Evangelho e pela iluminação do Espírito Santo. Esse ambiente propiciou o crescimento rápido das comunidades cristãs.

A *Didaqué*, ou *Doutrina dos Doze Apóstolos*, é um dos documentos mais antigos da tradição cristã, datado entre os anos 50 e 100 d.C. Ela oferece valiosos subsídios para compreender a vida, a doutrina e a estrutura das primeiras comunidades cristãs. Suas instruções abrangem desde normas morais até critérios eclesiológicos e litúrgicos, revelando uma Igreja já organizada, com ministérios definidos, práticas sacramentais e discernimento comunitário.

3.1 Discernimento sobre apóstolos e profetas (Capítulo XI)

No capítulo XI, a *Didaqué* estabelece critérios para o reconhecimento de profetas e apóstolos. A autoridade espiritual não era recebida de forma cega; exigia-se que houvesse coerência entre a pregação e a conduta pessoal do ministro. O texto afirma:

Se vier alguém até você e ensinar tudo o que foi dito anteriormente, deve ser acolhido. Mas se aquele que ensina é perverso e ensina outra doutrina para te destruir, não lhe dê atenção. No entanto, se ele ensina para estabelecer a justiça e o conhecimento do Senhor, você deve acolhê-lo como se fosse o próprio Senhor (*Didaqué* XI, 1-2).

O reconhecimento da verdadeira autoridade espiritual estava, portanto, condicionado à conformidade doutrinal e ao testemunho de vida. O mesmo capítulo acrescenta: “Todo apóstolo que vem até você deve ser recebido como o próprio Senhor. [...] Se ele pedir dinheiro, é um falso profeta. [...] Nem todo aquele que fala inspirado é profeta, a não ser que viva como o Senhor” (*Didaqué* XI, 4-8). Esse discernimento confirma que a comunidade cristã primitiva era vigilante diante de possíveis abusos espirituais e falsos ensinamentos.

3.2 A hospitalidade com responsabilidade (Capítulo XII)

O capítulo seguinte trata da acolhida de forasteiros, estabelecendo limites entre caridade e prudência:

Acolha todo aquele que vier em nome do Senhor. Depois, examine para conhecê-lo, pois você tem discernimento para distinguir a esquerda da direita. Se quiser se estabelecer e tiver uma profissão, que trabalhe para se sustentar. [...] Se ele não aceitar isso, trata-se de um comerciante de Cristo. Tenha cuidado com essa gente! (*Didaqué* XII, 1-5).

A comunidade é chamada a acolher, mas também a avaliar os que chegam, exigindo trabalho e autenticidade, em conformidade com o princípio paulino: “Quem não quer trabalhar, também não deve comer” (2Ts 3,10).

3.3 O sustento dos ministros (Capítulo XIII)

A *Didaqué* reconhece a necessidade de prover o sustento daqueles que, por vocação, dedicam-se inteiramente ao serviço da comunidade cristã: “Todo verdadeiro profeta que queira estabelecer-se em vosso meio é digno do alimento. Assim também o verdadeiro mestre é digno do seu sustento, como qualquer operário” (*Didaqué* XIII, 1-2); “Tome os primeiros frutos [...] e os dê aos profetas. Se não houver profetas, dê aos pobres” (*Didaqué* XIII, 3-4). Essa orientação retoma o ensinamento de Jesus: “O operário é digno do seu salário” (Lc 10,7), e legitima a sustentação material dos ministros fiéis, ao mesmo tempo em que reforça a caridade para com os necessitados.

3.4 A celebração do Dia do Senhor e da Eucaristia (Capítulo XIV)

A *Didaqué* apresenta elementos centrais da liturgia cristã primitiva, especialmente relacionados à Eucaristia e à reconciliação: “Reúnam-se no Dia do Senhor para partir o pão e agradecer, após ter confessado seus pecados, para que o sacrifício seja puro” (*Didaqué* XIV, 1) e “Aquele que está brigado com seu companheiro não pode juntar-se antes de se reconciliar, para que o sacrifício oferecido não seja profanado” (*Didaqué* XIV, 2).

A celebração dominical aparece como o centro da vida comunitária, onde a partilha do pão está ligada à confissão dos pecados e à exigência da reconciliação. Isso revela que a Eucaristia era compreendida como verdadeiro sacrifício, em continuidade com a tradição apostólica.

3.5 A instituição dos ministros (Capítulo XV)

A estrutura ministerial da Igreja já estava claramente delineada, com a presença de bispos e diáconos escolhidos segundo critérios morais rigorosos: “Escolhei bispos e diáconos dignos do Senhor: homens mansos, desapegados do dinheiro, verazes e provados” (*Didaqué* XV, 1) e “Corrijam-se uns aos outros, não com ódio, mas com paz, como se ensina no Evangelho” (*Didaqué* XV, 3). A eleição dos

ministros aparece como uma responsabilidade comunitária, sinalizando um modelo de Igreja participativa e fiel à ética do Evangelho.

3.6 A Eucaristia como sacramento escatológico (Capítulos IX e X)

O conteúdo litúrgico da *Didaqué* também manifesta profunda consciência da dimensão escatológica da Eucaristia. A ação de graças sobre o pão e o cálice é precedida por bênçãos inspiradas na tradição judaica e reinterpretadas à luz de Cristo: “Nós te agradecemos, Pai nosso, pela santa vinha de Davi, teu servo, que nos revelaste por meio de Jesus, teu servo. [...] Assim como este pão, espalhado pelas colinas, foi recolhido e se tornou um, assim também tua Igreja seja reunida dos confins da terra no teu Reino” (*Didaqué* IX, 2-4) e “Reúne dos quatro ventos tua Igreja santificada para o teu Reino” (*Didaqué* X, 5).

A participação eucarística é reservada apenas aos batizados: “Que ninguém coma nem beba da Eucaristia sem ter sido batizado em nome do Senhor, pois o Senhor disse: ‘Não deis as coisas santas aos cães’” (*Didaqué* IX, 5). Essa orientação reforça a compreensão da Eucaristia como centro da comunhão eclesial e expressão da fé plena.

Percebe-se, assim, a continuidade entre a prática das comunidades apostólicas e a liturgia celebrada hoje na Santa Igreja Católica. Ao longo dos séculos, a Igreja tem conservado e celebrado com reverência a Eucaristia, ápice da Santa Missa, na qual se torna presente, de forma verdadeira e substancial, o sacrifício redentor de Cristo. Como ensina o Catecismo da Igreja Católica: “Pela consagração realiza-se a transubstanciação do pão e do vinho no Corpo e Sangue de Cristo. Sob as espécies consagradas de pão e de vinho, o próprio Cristo, vivo e glorioso, está presente de modo verdadeiro, real e substancial” (CIC, §1413)

Embora aos olhos humanos pareçam apenas pão e vinho, pela ação do Espírito Santo tornam-se o Corpo, Sangue, Alma e Divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo. Essa é a fé da Igreja, professada desde os seus primórdios e vivida com fervor nas liturgias celebradas em cada tempo, lugar e cultura.

A *Didaqué*, como testemunho dessa tradição viva, confirma que a Igreja de hoje

é, substancialmente, a mesma Igreja dos Apóstolos, fiel à doutrina, unida na caridade, e centrada na Eucaristia como fonte e ápice da vida cristã.

4 A perseguição dos cristãos

Na vida dos primeiros cristãos, nem tudo eram flores, aliás, pelo contrário, a perseguição era uma constante desde o início. Começando com Pôncio Pilatos, procurador que governou a Palestina sob o domínio romano, enquanto o Mediterrâneo circundante era controlado por diversos procuradores (governadores) nomeados pelos imperadores romanos. Pôncio Pilatos foi um desses procuradores, provavelmente servindo a Tibério César de 26 a 36 d.C. Após Tibério, Calígula sucedeu-lhe de 37 a 41, seguido por Cláudio de 41 a 54, e Nero de 54 a 68.

Para uma melhor compreensão do contexto, Saulnier e Rolland (1997, p. 19) dizem que o procurador era um funcionário diretamente ligado ao imperador, recrutado entre os membros da ordem equestre e, portanto, remunerado. O título de procurador, aliás, é atribuído a funcionários com diversas responsabilidades. Podem ser gestores dos bens patrimoniais do imperador e de sua família, chefes da chancelaria ou dos arquivos. Na época de Augusto, essa carreira estava ainda em seus estágios iniciais: ela se desenvolveu progressivamente de acordo com as necessidades do poder central e alcançou sua organização completa na época de Adriano. Durante as dinastias dos Júlio-Claudianos, esses funcionários responsáveis pela administração de uma pequena região eram chamados prefeitos (sendo “eparchos” o equivalente grego, enquanto “epitropos” era o termo para procurador; é digno de nota que as fontes literárias, tanto bíblicas quanto extrabíblicas, são um tanto descuidadas na utilização desses termos).

Portanto, o procurador estava submetido às ordens diretas do imperador, exercendo diversas responsabilidades com poderes civis, militares e judiciários. Esta subordinação implicava em vantagens e desvantagens, pois o descumprimento de ordens, o insucesso em missões ou a incapacidade de manter a paz na província resultavam em responsabilização perante o imperador.

Para fins didáticos, Saulnier e Rolland (1997, p. 8-9) detalham a cronologia dos

imperadores: Tibério (14-37 d.C.) foi rigorosamente analisado pelos historiadores antigos. Sua psicologia complexa, influenciada pelo prestígio da *gens Claudia*, é notável. Foi sucedido por seu sobrinho Calígula (37-41 d.C.), um jovem extravagante e instável, cujas ações quase provocaram uma revolta judaica (cf. p. 89). Assassinado em 41, seu tio Cláudio (41-54 d.C.) foi proclamado imperador pelo exército. Embora descrito como alguém de mente fraca, seu reinado foi benéfico para a administração imperial. Seu filho adotivo, Nero (54-68 d.C.), ascendeu ao trono em 54, e seu reinado foi marcado pelo incêndio de Roma em 64, pelos martírios de Pedro (em 64) e Paulo (em 67), e pelo início da grande revolta judaica. Uma conspiração o depôs em 68 e, após meses de instabilidade, Vespasiano (69-79 d.C.), comandante do exército na Palestina, foi proclamado imperador. Seus filhos Tito (79-81 d.C.), conquistador de Jerusalém, e Domiciano (81-96 d.C.) o sucederam. Domiciano foi deposto por uma conspiração senatorial que ascendeu Nerva ao poder. Sem herdeiros, Nerva adotou Trajano, que posteriormente nomeou Adriano como sucessor. A dinastia dos Antoninos perdurou até o final do século com Antonino, Marco Aurélio e Cômodo.

Antes do reinado de Nero (54 a 68 d.C.), os cristãos enfrentavam perseguições, sobretudo no contexto do judaísmo, sendo vistos como uma seita dissidente. No entanto, foi durante o governo de Nero que a perseguição oficial por parte do Império Romano teve início, especialmente após o grande incêndio de Roma, em 64 d.C. Como aponta Justo L. González, “a primeira perseguição de que se tem notícia, oficialmente ordenada pelas autoridades romanas, foi a de Nero, em Roma” (González, 2003, p. 38). O imperador culpou os cristãos pelo incêndio e autorizou represálias violentas, inaugurando um período de martírios públicos.

A religião judaica, por sua singularidade, era tolerada pelo Império Romano, desde que os judeus se abstivessem de adorar outras divindades. Ciente de que qualquer imposição resultaria em conflito, Roma instituiu um regime de vassalagem aos judeus, exigindo um sacrifício anual em nome do imperador e do império, além do pagamento de tributos. Na Galileia e em Samaria, alguns judeus colaboravam com o império como cobradores de impostos — embora fossem vistos como corruptos — sendo São Mateus um exemplo notável (cf. Mt 9,9).

Desta forma, Saulnier e Rolland (1997, p. 28) explicam:

Diariamente, como parte do sacrifício perpétuo de Israel ao seu Deus, são imolados dois cordeiros de um ano: um de manhã e outro à tarde. Da mesma forma, o imperador romano também ordena o sacrifício de dois animais — embora não saibamos exatamente quais — um em seu nome e o outro em nome do império. [...] Enquanto todos os outros povos do império devem sacrificar em honra ao imperador, aqui os sacrifícios são oferecidos a Deus em seu nome!

Os judeus tinham ainda o direito de fundar sinagogas fora da Palestina. No início do Cristianismo, os primeiros discípulos de Jesus não se viam como fundadores de uma nova religião. Em Pentecostes, a proclamação de Jesus como Messias era interpretada como a continuidade de uma corrente interna do judaísmo. Como explica Rops (1988, p. 12), “a corrente messiânica teve sua origem profundamente enraizada na história de Israel”, estando ligada ao dogma nacional da eleição divina e à promessa feita por Javé a Abraão, reafirmada a Jacó, Moisés e aos reis de Israel.

Em Antioquia, como narrado em Atos 11,26, os discípulos passaram a ser chamados de “cristãos”. No entanto, no século I, nenhum judeu convertia-se ao Cristianismo como se este fosse uma religião distinta. Os primeiros cristãos não deixavam de ser judeus; antes, acreditavam ser os verdadeiros judeus que haviam reconhecido o Messias.

Observa-se nos Atos dos Apóstolos e nas Epístolas que os primeiros cristãos frequentavam o Templo e as sinagogas. Não entendiam ainda que seguir Jesus implicava uma ruptura com esses espaços. A fé cristã floresceu nesses ambientes antes da destruição do Templo em 70 d.C.

O Espírito Santo foi derramado por volta do ano 33 d.C., inaugurando a missão da Igreja e o anúncio da ressurreição de Cristo. A partir desse evento, os discípulos proclamavam que a vitória de Cristo sobre a morte cumpria as antigas promessas messiânicas.

Tanto nas sinagogas quanto no Templo, havia três categorias de participantes: os judeus de nascimento, os prosélitos (convertidos de outros povos) e os tementes a Deus. Saulnier e Rolland (1997, p. 29) explicam: “Os prosélitos [...] aceitam todas as práticas judaicas, especialmente a circuncisão. [...] Os ‘tementes a Deus’ também são pagãos atraídos pela religião judaica, mas rejeitam algumas de suas práticas, especialmente a circuncisão. Portanto, legalmente, permanecem pagãos”.

A liturgia sinagagal seguia um modelo estruturado: oração, leitura da Torá e

dos profetas, seguida por exposições. Paulo e os primeiros missionários cristãos usavam essas ocasiões para anunciar Jesus como o Cristo. Segundo Saulnier e Rolland (1997, p. 32), “o ritual do culto era centralizado na oração e na meditação das Escrituras”, incluindo a recitação do *Shemá*, composta por Dt 6,4–9; 11,13–21 e Nm 15,37–41.

A pregação cristã nesse período ainda parecia, aos olhos romanos, uma vertente do judaísmo. Isso possibilitou certa tolerância por parte do império até meados do século I. Contudo, essa tolerância começou a ruir diante das tensões internas entre judeus e cristãos. Estes proclamavam a soberania de Cristo como Rei, o que, para muitos judeus e romanos, soava como ameaça política e heresia religiosa.

Com a expansão do Cristianismo para além da Palestina, especialmente entre os judeus da Diáspora, a nova fé começou a se afastar das práticas mosaicas. A Igreja reunia pessoas de origens diversas, como Mateus, colaborador romano, e Simão, o Zelote, evidenciando a amplitude do chamado cristão.

Com o tempo, a convivência com os judeus tornou-se insustentável. Por volta de 90 d.C., os cristãos foram expulsos das sinagogas, sendo assim reconhecidos como grupo religioso independente. No entanto, muitos apóstolos morreram identificando-se ainda como judeus, o que mostra a complexidade dessa transição.

Essa separação teve implicações: os cristãos perderam a proteção que os judeus possuíam sob o império. Considerados heréticos pelos judeus e ateus pelos romanos (por não adorarem os deuses do panteão romano nem o imperador), os cristãos passaram a ser perseguidos. Isso é perceptível em textos do Novo Testamento, como nas cartas paulinas e no Apocalipse, que denunciam perseguições e exclusões (cf. Ap 2,9; 3,9).

Nesse contexto surgem os primeiros Padres Apostólicos, como Santo Inácio de Antioquia, que buscavam organizar a fé e fortalecer os fiéis diante das adversidades. Já no início do século II, o cristianismo, mesmo ainda fortemente ligado às camadas humildes da sociedade, começava a conquistar adesão em diversos estratos sociais, preparando o caminho para sua futura consolidação.

5 A Igreja Católica como sacramento universal de salvação e continuação da Igreja Primitiva

Ao abordar a natureza e a missão da Igreja Católica, torna-se imprescindível iniciar com uma análise do Concílio Vaticano II, convocado por São João XXIII e considerado um marco decisivo na história recente da Igreja. No entanto, esse evento exige tratamento cuidadoso, dada a pluralidade de interpretações e a existência de opiniões conflitantes a seu respeito.

Entre os equívocos mais difundidos está a ideia de que a Igreja teria, de algum modo, “surgido” após o Concílio, como se este tivesse representado uma ruptura com a tradição anterior. Tal visão, normalmente associada às reformas litúrgicas e pastorais promovidas nos anos subsequentes ao concílio, gerou a falsa concepção de uma “Igreja pré-conciliar” oposta a uma “Igreja pós-conciliar”. Contudo, é essencial compreender que a identidade profunda da Igreja permanece inalterada ao longo dos séculos, como se pode constatar ao longo deste estudo.

Como instituição de origem divina, a Igreja foi fundada pelo próprio Senhor Jesus Cristo, conforme testemunha o Evangelho segundo São Mateus: “E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos Céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos Céus” (Mt 16,18-19).

O uso do pronome possessivo “minha” no versículo citado revela a pertença exclusiva da Igreja a Cristo. Ela é seu Corpo e sua Esposa, confiada a Pedro, que é a “pedra” sobre a qual se edifica a comunhão dos fiéis. Trata-se, portanto, de uma realidade sobrenatural, cuja perenidade e infalibilidade decorrem do próprio Fundador. A missão universal da Igreja é reafirmada nas palavras do Ressuscitado: “Ide, pois, e ensinai a todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28,19-20).

A Igreja é, assim, santa e imaculada em sua essência. A sua profissão de fé — expressa no Símbolo Niceno-Constantinopolitano — proclama: “Creio na Igreja una,

santa, católica e apostólica”. A santidade da Igreja, portanto, não depende da conduta moral de seus membros, mas da ação salvífica de Cristo, que a santifica com sua Palavra e seus sacramentos.

O Papa São Paulo VI, em sua encíclica *Ecclesiam Suam*, publicada em 1964, refletiu sobre essa tensão entre a santidade da Igreja e as limitações de seus filhos:

Desta nossa consciência esclarecida e ativa nasce o desejo espontâneo de comparar a imagem ideal da Igreja, qual Cristo a viu, quis e amou como sua Esposa santa e imaculada (Ef 5,27), com o rosto que ela apresenta hoje. Este, pela graça divina, é fiel, sem dúvida, aos traços que o seu divino Fundador nela imprimiu e o Espírito Santo vivificou, ampliou, aperfeiçoou no decurso dos séculos (*Ecclesiam Suam*, n. 4, Paulo VI, 1964).

Ao tratar da necessária reforma e renovação, o Papa deixa claro que os aspectos a serem purificados dizem respeito aos membros da Igreja, e não à sua estrutura divina: “Daqui vem à Igreja a necessidade nobre e quase impaciente de se renovar, isto é, emendar os defeitos [...] dos próprios membros e de os levar a tender à maior perfeição [...]. Trata-se, com efeito, de empresa delicada e custosa” (*Ecclesiam Suam*, n. 5, Paulo VI, 1964).

Reafirma-se, assim, o princípio da “indefectibilidade” da Igreja, ou seja, a impossibilidade de que ela falhe em sua missão essencial. Essa doutrina se fundamenta em sua identidade como Corpo Místico de Cristo (cf. Ef 1,22-23), templo do Espírito Santo e sacramento universal de salvação (cf. *Lumen Gentium*, n. 48).

A Igreja é o caminho instituído por Deus para conduzir os homens à pátria celeste. É nela que se encontram os meios de santificação, como os sacramentos, a pregação autêntica da Palavra e a comunhão com o próprio Cristo. A verdade que ela proclama, verdade que é o próprio Cristo (cf. Jo 14,6), é acolhida com amor, transmitida fielmente e proposta a todos os povos como caminho de vida eterna.

Enquanto membros desse Corpo Místico, os fiéis são chamados a viver com fidelidade e coragem a verdade da fé, assumindo com zelo missionário o mandato de evangelizar todas as nações. Essa missão não se limita à proclamação verbal do Evangelho, mas também envolve o testemunho concreto da caridade e a transformação das culturas por meio da luz de Cristo.

Por volta do ano 30 da era cristã, na Palestina, Cristo lançou os fundamentos

visíveis da Igreja e, pouco depois, enviou os Apóstolos para pregar o Evangelho a toda criatura (cf. Mt 28,19–20). Desde então, a mensagem cristã expandiu-se pela Ásia, Europa e, séculos mais tarde, pelas Américas, incluindo o Brasil. A missão da Igreja não consistiu apenas em difundir o Evangelho, mas também em purificar, elevar e santificar as culturas que encontrou, iluminando-as com a verdade do Verbo Encarnado.

6 Conclusão

Conclui-se que a Igreja Católica apresenta uma trajetória marcada pela fé, dedicação e contínua renovação. Sua missão, fundamentada nos ensinamentos de Cristo, permanece a mesma desde sua fundação: conduzir os fiéis no caminho da salvação, sustentando a verdade revelada como critério último de orientação moral e espiritual para o mundo.

Verifica-se que, desde os primeiros tempos do cristianismo, a revelação divina foi comunicada diretamente pelos Apóstolos. Com a morte de São João Evangelista, o último dos Doze, encerrou-se o ciclo da revelação pública. A responsabilidade de preservar e transmitir integralmente o conteúdo da fé foi confiada aos seus legítimos sucessores, como Santo Inácio de Antioquia e os Padres Apostólicos.

Esse período inicial, tradicionalmente denominado Patrística, corresponde à fase da Igreja Primitiva. Nele surgiu uma geração de teólogos profundamente comprometidos com a fé cristã, conhecidos como Padres da Igreja, cuja contribuição foi decisiva para a formulação teológica e a consolidação das bases doutrinárias do cristianismo. Entre os mais destacados estão Santo Irineu de Lyon, São Clemente Romano, Santo Inácio de Antioquia e São Policarpo, considerados elos diretos com os Apóstolos e guardiões da tradição cristã primitiva.

A expressão “Igreja Católica”, presente nas cartas de Santo Inácio de Antioquia por volta do ano 107 d.C., reflete a compreensão da Igreja como a comunidade universal dos fiéis, unida na fé, nos sacramentos, na autoridade dos bispos e na comunhão com o sucessor de Pedro. Essa estrutura hierárquica, em plena harmonia com a fidelidade ao Evangelho, constitui um elemento essencial para a santidade e

unidade da Igreja.

Ao longo dos séculos, a Igreja Católica manteve fielmente sua missão evangelizadora, como reiterado pelo Papa São Paulo VI, atuando como instrumento de salvação e anúncio da Boa Nova. Mais do que transmitir doutrinas abstratas, ela orienta os cristãos a viverem a fé sob a ação do Espírito Santo, integrando razão, experiência, culto e caridade em um único testemunho de vida cristã autêntica.

Sua história é marcada pelo testemunho dos mártires, pela santidade de homens e mulheres em todas as épocas e pela contribuição de pensadores e doutores da Igreja que, por meio do Magistério, aprofundaram a compreensão da fé e promoveram o diálogo entre a revelação divina e as culturas humanas.

Após Pentecostes, os primeiros cristãos viviam em comunhão fraterna, partilhando seus bens e perseverando na doutrina dos apóstolos, na fração do pão e nas orações. Mesmo diante das perseguições do Império Romano e da rejeição por parte de setores do judaísmo, mantiveram-se firmes, impulsionados pelo Espírito Santo. Inicialmente, não se consideravam fundadores de uma nova religião, mas como o cumprimento das promessas feitas a Israel, reconhecendo Jesus como o Messias esperado.

Com o crescimento da fé cristã e a separação definitiva do judaísmo, especialmente após a exclusão dos cristãos das sinagogas no final do século I, consolidou-se uma nova identidade eclesial: os cristãos como comunidade distinta, reunida em torno da fé no Ressuscitado.

Apesar da hostilidade externa e dos inúmeros desafios internos, a mensagem cristã continuou a expandir-se. A Igreja começou a organizar-se, reunindo fiéis de diversas culturas, línguas e condições sociais. Essa abertura, que desde o início caracterizou sua catolicidade, foi determinante para sua consolidação e presença em diferentes contextos históricos e geográficos.

A análise histórica e teológica confirma que a Igreja Católica é a legítima continuidade institucional da Igreja fundada por Jesus Cristo, isto é, a Igreja Primitiva. Tal identidade é assegurada pelo primado de Pedro e pela sucessão apostólica, que garantem a integridade doutrinária e a unidade visível da Igreja ao longo dos séculos.

A fidelidade à doutrina, à tradição e à autoridade do Magistério, expressa nos

concílios ecumênicos, nas encíclicas e nas orientações pastorais, reafirma os fundamentos essenciais da fé cristã: a Santíssima Trindade, a Encarnação do Verbo, a Eucaristia e a Ressurreição.

Por meio da Sagrada Escritura, da tradição viva e do Magistério autêntico, a Igreja Católica preserva e transmite a fé apostólica, protegendo-a de erros e distorções. Sua continuidade histórica, teológica e institucional constitui um sinal visível de sua missão divina, sustentada pela presença do Espírito Santo e orientada pela fidelidade ao Evangelho de Cristo, o que responde a indagação.

Referências

Bíblia Sagrada. Tradução oficial da CNBB. 15. ed. São Paulo: Paulus, 2023.

BLACKBURN, J. **Was the Early Church ‘Catholic’ or Just ‘Christian’?** 2023. Disponível em: <https://www.catholic.com/magazine/online-edition/was-the-early-church-catholic-or-just-christian>. Tradução de: NABETO, Carlos Martins. **A Igreja Primitiva era ‘católica’ ou apenas ‘cristã’?** 2023. Disponível em: <https://sergiolmatias.com.br/a-igreja-primitiva-era-catolica-ou-apenas-crista/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Catecismo da Igreja Católica. Edição Típica Vaticana. Trad. portuguesa oficial. São Paulo: Loyola, 2012.

CESAREIA. E. de. **História Eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2011.

Coleção Os Padres Apostólicos. São Paulo: Paulus; Loyola, edições diversas.

CONSTANTINO I; TEODÓSIO I; GRACIANO; VALENTINIANO II. Códigos Teodosianos: *Lex Dei quam Christianis tribuit imperator*. In: **Códigos do Império Romano do Ocidente**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DANIEL-ROPS, H. **A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires**. Trad. Walter Martins. 5. ed. São Paulo: Quadrante, 1988.

DIDAQUÉ. **A Instrução dos Doze Apóstolos**. Trad. João Cruzué. São Paulo: Paulus, 2022.

GONZÁLEZ, J. L. **A História do Cristianismo**: uma obra abrangente sobre a história da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 2004.

JOHNSON, P. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

PAULO VI. **Ecclesiam Suam**: Carta Encíclica sobre a Igreja. Vaticano, 6 ago. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html. Acesso em: 04 mar. 2025.

PELLEGRINO, Rinaldo Fabris. **O Cristianismo das Origens**: História e Teologia. São Paulo: Paulus, 2000.

SANTO INÁCIO DE ANTIOQUIA. **Cartas**. Campinas: Livre, 2018.

SÃO JUSTINO. **Apologético**. Trad. D. Antônio Augusto Rocha. São Paulo: Paulus, 1994.

SAULNIER. C.; ROLLAND. B. **A Palestina no tempo de Jesus** – Cadernos Bíblicos. São Paulo: Paulus, 1997.

VERGER, Jacques. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: Edusc, 2001.

Recebido: 13/05/2025
Aprovado: 10/01/2026